

Crise estrutural do capitalismo: uma reconstrução conceitual e empírica

Eleutério F. S. Prado¹

Introdução

O termo “crise estrutural” tem sido usado recorrentemente por alguns autores que se apresentam como críticos do capitalismo. Por exemplo, Istvan Mészáros, num dos artigos do livro que tem esse termo no título, emprega-o para anunciar a vinda de um período catastrófico na história da humanidade:

“A crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da vida social, econômica e cultural” (Mészáros, 2011, p. 17).

Como se sabe, o termo “crise” designa um evento que gera uma situação instável e perigosa no curso da vida de um indivíduo, grupo, comunidade ou sociedade inteira. As crises constituem-se em geral de mudanças abruptas e de sentido interrogativo que interrompem, contrariam e mudam o andamento normal de um sistema complexo. Ora, as crises podem estar associadas tanto aos processos de crescimento quanto aos processos de fenecimento que ocorrem durante o tempo de existência de um sistema complexo. O termo “crise estrutural”, tal como foi empregado por Mészáros, está obviamente ligado ao fenecimento do sistema capitalista, ao fim de sua duração histórica secular e em sua dimensão mundial. É ele próprio quem o qualifica:

“(...) algo de significativamente novo está ocorrendo no sistema em seu conjunto. Sua natureza não pode ser explicada (...) apenas em termos de uma crise cíclica tradicional (...). Tampouco parece plausível atribuir os sintomas identificáveis da crise à assim chamada ‘onda longa’. (...) À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece mais plausível [admitir] que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital (...) ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso” (Mészáros, 2011, p. 41).

Ora, trata-se sem dúvidas de uma percepção histórica que não pega inteiramente de surpresa aqueles que leem cotidianamente os jornais e, assim, assustam-se com os avisos ameaçadores dados por um turbilhão de fatos sociais, políticos, ecológicos, etc. os quais parecem anunciar o “fim do mundo”. Porém, essa percepção – cumpre perguntar – não seria apenas uma ilusão sinóptica que é criada por um conjunto difuso de notícias desencontradas, sem que elas tenham um fundamento comum no cerne do processo de reprodução da sociedade? O que vem a ser afinal,

¹ Professor titular e sênior da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

rigorosamente, uma “crise estrutural”? Como se poderia compreendê-la no interior de uma teoria científica coerente e que tivesse fundamento empírico?

A contribuição de Wallerstein

Como se sabe, Immanuel Wallerstein tentou dar uma resposta precisa a essas duas últimas perguntas com base na teoria dos sistemas complexos e se inspirando no livro famoso de Ilya Prigogine que se chama *O fim da certeza: tempo, caos e novas leis da natureza* (1996). Na perspectiva dessa cientificidade que procura encarar de frente a complexidade do mundo real, sem identificar “ciência e certeza, probabilidade e ignorância”, o capitalismo surge – segundo ele – como um sistema que teve um nascimento quinhentos anos atrás, que percorreu uma vida normal desde então, mas que, agora, começa efetivamente a se deparar com a evidência concreta de que essa vida não é eterna...

E por sistema complexo se entenda uma composição formada por um grande número de elementos articulados por determinadas conexões internas, as quais não só contribuem para constitui-los enquanto tais, mas também para que constituam um todo organizado. E é assim porque esses elementos, dentro dessas relações, interagem constantemente entre si gerando um processo temporal que não deixa de apresentar certo caráter anárquico e turbulento. Não obstante a falta de um comportamento regular e harmonioso, ainda assim é também gerada uma ordem emergente que dura um determinado período na ordem do tempo histórico. Ora, essa produção de ordem ocorre por meio de um dinamismo flutuante que se encontra sempre inexoravelmente fora e longe do equilíbrio.

“Todos os sistemas desde os infinitamente pequenos ao maior conhecido (o próprio universo), incluindo-se os de tamanho médio tais como os sistemas sociais e históricos, devem ser apreendidos como existências que passam por três momentos qualitativamente diferentes: o momento em que vêm à existência; aquele em que funcionam mediante uma vida ‘normal’ (o momento mais longo) e o momento em que deixam de existir (aquele da crise estrutural).” (Wallerstein, 2013, p. 9-10).

A definição procurada, portanto, é assim encontrada num campo inovador da ciência contemporânea que conta já com diversas realizações importantes, tanto no âmbito das ciências naturais quanto das ciências sociais. Nessa perspectiva, a crise estrutural aparece como a característica definidora do período final da vida de um sistema complexo. Depois de apresentá-la, Wallerstein tem então de especificar, claramente, o que distingue o período normal da vida de um sistema em geral do período em que ocorre a sua senilidade. Ora, essa distinção tem de ser dada apontando primeiro para uma característica central do próprio modo de funcionar e se reproduzir dos sistemas complexos em geral. Segundo ele, todo sistema complexo tem regras cruciais de funcionamento, as quais são mantidas intactas ou quase intactas durante toda a sua vida normal, mas que passam a ser violadas quando ele entra em sua fase de declínio.

Em sequência, como examina precipuamente o sistema capitalista, Wallerstein tem de especificar a norma central – assim como as regras que lhe dão suporte – que tem de ser obedecida no curso de seu desenvolvimento para que ele possa continuar a existir. Ora, é evidente que ele, para tanto, inspira-se em Marx. Advirta-se nesse ponto

que se a ciência dos sistemas complexos avançou muito recentemente, ela já estava implícita – em potência segundo a linguagem de Aristóteles – na economia política clássica, assim como, como mais consciência, nas dialéticas de Hegel e Marx. Com base nesse último autor, ele convém então:

“Em minha visão, para considerar um sistema histórico como capitalista, a característica dominante e decisiva tem de ser a busca persistente e mesmo *sem fim* de capital – isto é, a acumulação de capital para acumular mais capital. Para que essa característica prevaleça, deve existir um mecanismo que penalize os atores que buscam operar com base em outros valores ou outros objetivos [no âmbito do sistema econômico]. Os atores renitentes que deixam de se conformar a essa norma, cedo ou tarde, são eliminados da cena ou, pelo menos, são severamente constringidos em sua habilidade de acumular montantes significativos de capital. Todas as muitas instituições do moderno sistema-mundo operam para promover ou pelo menos se encontram constringidas pela pressão de promover, uma acumulação sem limites de capital.” (Wallerstein, 2013, p. 10-11).

Wallerstein emprega, então, uma noção de equilíbrio para indicar como o sistema capitalista opera e se reproduz tanto na situação de normalidade quanto fora dela. O seu crivo consiste em mostrar com a norma fundamental do capitalismo, mencionada já na passagem acima transcrita, funciona – ou deixa de funcionar – na prática. Para tanto, mesmo se não é muito claro sobre isso, emprega uma noção de equilíbrio que foi originalmente formulada no âmbito da economia política clássica. Em um autor como Adam Smith, por exemplo, o equilíbrio é tratado como um momento especial do evoluir turbulento do sistema econômico; este autor, como bem se sabe, não o pensa como um estado estacionário no qual o sistema econômico tende a estar ou a se aproximar de modo espontâneo, a não ser que sofra um choque externo. Ao contrário, o habitual é que permaneça sempre fora do equilíbrio. Este, por isso, é visto apenas como um centro de gravidade, como um ponto de atração – não fixo, mas transiente – do movimento do sistema, um ponto em torno do qual constantemente oscila – fraca ou fortemente dependendo das circunstâncias. Em teoria, esse momento pode ser singularizado, mas apenas com o intuito de estudar certas propriedades do sistema, num plano de análise meramente abstrato. Ele não pode, no entanto, ser abonado como estado real e persistente desse sistema.

Mantendo-se na perspectiva de que sistema é também processo, Wallerstein se pergunta “como o capitalismo funciona na prática?” Supondo, então, que esse funcionamento envolve um oscilar constante em torno de estados de equilíbrio que são postos pelo próprio movimento processual do sistema, ele responde em sequência:

“Todos os sistemas flutuam. Isto é, o modo de operação do sistema constantemente faz com que ele se desvie do ponto de equilíbrio. (...) mas há mecanismos (...) dentro do sistema que o trazem de volta para o equilíbrio – e mesmo que este seja um equilíbrio movente, trata-se ainda de um equilíbrio. No período de operação “normal” do sistema, a pressão para fazê-lo retornar ao equilíbrio é maior do que qualquer pressão para fazê-lo sair do equilíbrio” (Wallerstein, 2013, p. 11). (...) **Durante a vida “normal”, há uma pressão forte para [fazer o sistema] voltar ao equilíbrio. É isto o que faz com que essa vida se mantenha “normal”. Mas numa crise estrutural, as flutuações se tornam amplas e constantes, de tal modo que o sistema passa a ficar muito longe do equilíbrio. É esse desvio, pois, o que define uma crise estrutural.** (Wallerstein, 2013, p. 33).

É evidente que desse modo Wallerstein fornece um modo de pensar teoricamente a crise estrutural, um modo que permite, inclusive, observá-la empiricamente quando este parece ser o caso. Como se sabe, a ciência moderna não pode ficar reduzida a uma construção teórica meramente especulativa.

De Wallerstein a Marx

É preciso aproveitar agora essa contribuição científica de Wallerstein para pensar as crises no modo de produção capitalista. Ainda que não se possa identificar a teoria do sistema-mundo desse autor com a compreensão do capitalismo de Marx, é evidente que há afinidades. Como já se mencionou de passagem, entende-se que Marx desenvolveu uma compreensão dialética do capitalismo que vem a ser um modo específico de pensá-lo como um sistema complexo (Prado, 2014). Nesse sentido, parece certo que se pode dizer que ele flutua por causas endógenas, mas também que interage com o seu ambiente sobre o impacto de causas exógenas. Ora, as flutuações são inerentes ao modo de funcionar dos sistemas complexos em geral. Eis que são modos de organização que se encontram permanentemente fora do equilíbrio, mas que mantêm, porém, uma certa identidade temporal – ainda que em constante mudança.

Nesse sentido, é preciso complementar o quadro analítico obtido da leitura de Wallerstein. É preciso considerar que um sistema durante a sua existência – já foi visto que ele nasce, vive e perece – pode estar em pelo menos três situações possíveis. A primeira delas seria a situação plenamente normal em que as flutuações são amenas porque são próprias de seu modo de existência. Conforme vão ocorrendo desbalanceamentos, ao mesmo tempo, vão surgindo balanceamentos contrariantes no funcionamento temporal dos sistemas complexos. E esse movimento de sair e voltar permanentemente ao equilíbrio, mantendo-se em geral fora dele, tem o caráter de um processo homeostático de autoregulação. Os sistemas se conservam, periclitam e, assim, duram porque são capazes de automanutenção – ainda que não para sempre.

Eis que, no próprio curso normal de sua existência, ocorrem flutuações que se afiguram como “trancos” que os fazem vacilar. Ora, essas perturbações abruptas indicam que a vida do sistema está passando por uma dificuldade, por um sobressalto que apenas pode ser superado com um custo substantivo. A crise cíclica ou periódica é, pois, a segunda situação possível na existência de um sistema complexo. A terceira situação possível é aquela da crise estrutural que difere da anterior porque a recuperação do estado de normalidade se torna muito difícil. Em outras palavras, a reversão possível do desbalanceamento que colocou o sistema muito fora do equilíbrio assume o caráter de um evento incerto e mesmo excepcional. O desvio em relação ao estado de equilíbrio se tornou tão grande que ele ameaça agora a própria existência do sistema.

Wallerstein se esforça em seu texto para caracterizar o sistema capitalista concretamente em seu período histórico de normalidade no qual sempre sobrevém as crises periódicas, assim como em seu momento de declínio em que ele é acometido por uma crise estrutural, de maior ou menor duração. No entanto, aqui não se vai acompanhar o seu esforço porque se julga que há uma fonte mais fundamental para compreender essa matéria, qual seja ela, a dialética da relação de capital que Marx apresentou em várias obras preparatórias e, em especial, em *O capital*. Desde logo é

preciso ver que Marx e Wallerstein estão de acordo sobre um ponto central: “nunca se deve esquecer” – tal como apontara o primeiro desses dois autores – “que (...) a acumulação (...) é o objetivo imediato e o motivo determinante da produção capitalista” (Marx, 1983, p. 185).

Se assim é, se a acumulação é um processo insaciável que tende ao infinito mesmo se este é inalcançável, uma questão central é posta: eis que é preciso perguntar porque o sistema da relação de capital entra em crise sucessivas? Ora, para tanto, não basta descrever as suas manifestações dinâmicas aparentes. Pois, é preciso ir além dos desequilíbrios evidentes para investigar também as suas origens estruturais. Dizendo de outro modo – e citando Marx –, é preciso “investigar em que consistem os elementos conflitantes que se patenteiam nas catástrofes” (Marx, 1980, p. 936). É preciso indicar, pois, quais são as contradições estruturais que estão na base do movimento do sistema, como elas se põem, como se apresentam e como eventualmente se resolvem no curso do processo histórico. É preciso indicar como tal resolução implica na continuidade ou na descontinuidade eventual do sistema enquanto tal, mesmo se ele, enquanto continua a existir, passa inexoravelmente por mudanças substantivas.

Antes de tratar das crises, importa mencionar que a realidade social (e econômica) sempre se apresenta já como contraditória. As contradições, mesmo tendo raízes estruturais, não são mistérios insondáveis, mas, ao contrário, manifestam-se como ocorrências triviais e constantes na realidade social de todos os dias. Os preços, por exemplo, nunca estão dados, mas se formam sempre por meio de processos que envolvem estratégias, disputas e barganhas das quais participam agentes ativos e competitivos. Eles emergem por meio de um processo atravessado por discordâncias, atritos e conflitos, os quais nada mais são do que modos de aparecer de contradições que moram na própria estrutura da sociedade. Pois, os vendedores e os compradores de mercadorias estão conectados por uma relação social que não transcorre sem lutas, sem agonismo. Ora, as contradições que residem na estrutura social se revelam igualmente no modo de aparecer anárquico de todos os outros fenômenos que despontam no andamento temporal do sistema econômico.

Não é possível apresentar aqui de um modo extensivo a compreensão das crises que se encontra na obra de Marx. Pode-se apreendê-la abreviadamente, no entanto, considerando apenas o seu núcleo central. E ele se encontra nos capítulos de *O capital* que tratam da lei da queda tendencial da taxa de lucro. O modo capitalista de produção apresenta corriqueiramente as suas contradições por meio de desequilíbrios. Estes aparecem por meio de descompassos entre a oferta e a demanda de mercadorias e por meio de inconsistências entre estoques e fluxos medidos em valores monetários, nos planos micro e macroeconômicos. Por exemplo, por meio da alternância entre excessos e carências de procura, o sistema se move em torno de equilíbrios que também vão mudando no tempo e no espaço. O fluxo de lucro sobe ou desce relativamente ao estoque de capital em expansão ou contração. Entretanto, nem sempre essas oscilações são suaves. “Periodicamente” – diz Marx – “o conflito entre os agentes antagônicos se desfoga em crises”. Eis que “as crises” – continua – “são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (Marx, 1983, p. 188).

As crises, portanto, não são eventos estranhos ao modo de produção capitalista; ao contrário, elas existem porque se constituem em formas inerentes de resolução das

contradições que se encontram tencionadas e que se mostram resistentes às acomodações suaves. Elas não se resolvem por meio de uma mera e tranquila tendência ao rebalanceamento; não ocorrem sem perdas significativas de valores econômicos e sem danos humanos e ambientais. De qualquer modo, é preciso ver neste ponto que as contradições são resolvidas, mas também repostas, continuamente, já que pertencem ao modo de existência concreta dos sistemas complexos em geral e, em particular, do sistema capitalista.

A natureza das crises do capitalismo

As crises no modo de produção capitalista, tanto as menores quanto as maiores, ocorrem constantemente ainda que não como as mesmas frequências. Aqui se foca apenas as que decorrem de graves e profundos desequilíbrios macroeconômicos. Assim como a mercadoria é a unidade antagônica do valor e do valor de uso, a oferta agregada e a demanda agregada forma também uma unidade antagônica, ainda que não imediata como no primeiro caso. A primeira está orientada pela valorização do valor enquanto que a segunda existe em função de valores de uso. Ora, essa unidade está em constante dissonância no processo da concorrência dos capitais particulares. Os capitalistas, encarnando a lógica do sistema, atuam tendo “por meta a manutenção do valor-capital existente e a sua valorização no grau mais elevado” possível. Porém, a concorrência impõe-lhes que o façam promovendo, de modo inexorável e independentemente do valor e do mais-valor produzido ou acumulado, isto é, da própria relação social de capital, “o desenvolvimento absoluto das forças produtivas”. Ora, essas duas forças contrárias não se conciliam serenamente; ao contrário, elas apenas se equilibram não só por meio de balanços constantes, mas também por meio de crises, as quais se manifestam no plano macroeconômico por meio de recessões periódicas.

O processo da concorrência, ao induzir uma elevação geral das proporções entre os capitais constantes em relação aos capitais variáveis, tende a reduzir a taxa de lucro média, em torno da qual sempre existe um espectro de taxas de lucros. Os capitais mais eficientes obtêm taxas de lucro acima da média, mas os menos eficientes conseguem funcionar apenas com taxas abaixo dela. Assim, no movimento adverso da conjuntura, com a queda da taxa de lucro média muitos capitais particulares se tornam inviáveis e eles tem de ser descartados por meio das crises. A quebra de inúmeras empresas, a desvalorização do capital existente, propicia também a elevação da taxa de lucro média e, assim, a retomada em uma conjuntura favorável à acumulação de capital. Como diz Marx, “a desvalorização periódica do capital existente é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação de valor-capital”; entretanto, ela só ocorre porque foram abaladas – diz ainda – “as condições dadas, em que se efetua o processo de circulação e de reprodução do capital e, por isso, foi acompanhada por paralizações súbitas e crises do processo de produção” (Marx, 1983, p. 188).

Ao apreender essa lógica como inerente à existência temporal da acumulação de capital, Marx faz uma consideração que possibilita um melhor entendimento das crises periódicas vis-à-vis das crises estruturais. Com base na observação dos movimentos do sistema econômico em meados do século XIX, ele observa que a produção capitalista, por seu próprio impulso, cria para si barreiras sucessivas, as quais ela tem de superar no

curso de seu próprio desenvolvimento. “A produção capitalista” – diz ele – “procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa” (Marx, 1983, p. 189). O impulso de acumulação e as barreiras à acumulação de capital vêm do andamento histórico da relação de capital: eis que, em suas palavras, “a verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital”. Ora, se essas barreiras são apenas desequilíbrios endógenos, ou seja, desequilíbrios que são gerados pelo próprio impulso de acumulação, e se esses desequilíbrios se tornam cada vez mais pronunciados, é lícito chegar a pensar no conceito de “crise estrutural”. Parece fazer sentido pensar que num estágio avançado do desenvolvimento capitalista, sobrevenham desequilíbrios profundos que apenas podem ser superados com imensas dificuldades, e não sem que ocorram enormes e pesadas perdas econômicas – perdas estas tão grandes que abalam, põe em risco, ameaçam a continuidade histórica do sistema.

Ora, tais perdas econômicas não ocorrem sem que ponham em movimento as forças políticas que, consciente ou inconscientemente, defendem ou se opõem ao capitalismo. É nesse embate, como bem se sabe, que se resolve o destino histórico do capitalismo. Ao contrariar o modo de ser reificado das relações sociais capitalistas, o conflito social aberto traz consigo tanto a possibilidade da derrocada da civilização humana quanto da emergência de outro modo de organização social.

Diante desse quadro em que se delineou uma compreensão da “crise estrutural” tendo por referência o modo de produção capitalista, a questão que fica é saber se tais desequilíbrios ameaçadores podem ser observados ou detectados no curso do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. É preciso pôr a questão das evidências históricas que se manifestam concretamente por meio de certas evidências empíricas. Antes disso, porém, é interessante encerrar essa parte por meio de uma outra citação de Marx que mostra, sem chamá-la por esse nome, como advém a crise estrutural do modo de produção capitalista:

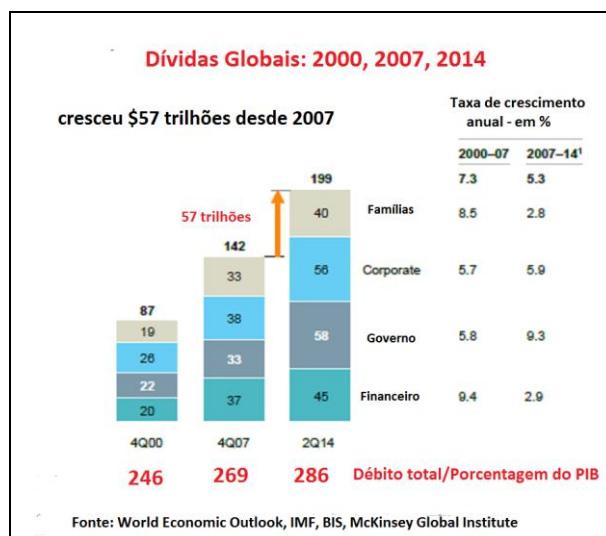
“A taxa de lucro é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é a sua única finalidade). A sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos e, assim, aparece como uma ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista. Eis que ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado da especulação supérflua. Os economistas que, como Ricardo, consideram o modo de produção capitalista como absoluto, sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si mesmo (...) O importante, porém, em seu horror ante a taxa de lucro em queda, é a sensação de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem a ver com a produção da riqueza enquanto tal. E essa barreira popular testemunha a limitação e o caráter histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas entra em conflito com seu desenvolvimento em certo estágio” (Marx, 1983, p. 184).

Há uma crise estrutural?

Vou argumentar agora em favor da tese em discussão: há sim uma crise estrutural no capitalismo que adquiriu agora uma dimensão verdadeiramente mundial. Vou fazer isso por meio de um comentário sobre a tese de Robert Kurz e da “crítica do

valor” segundo a qual, com o advento da Terceira Revolução Tecnológica, o capitalismo entrou no caminho do colapso porque perdeu a capacidade de fazer aumentar a massa de mais-valor em nível global.

Antes disso, lembro de algumas evidências empíricas que mostram a existência de grandes desequilíbrios na economia mundial. As taxas de crescimento do PIB nos continentes europeu e americano, onde se encontram os países que formam o centro econômico desse sistema, caíram tendencialmente após o término da II Guerra Mundial. De um nível médio de 4 por cento ao ano nas décadas dos anos 50 e 60 do século XX caíram para cerca de 1,5 por cento ao ano em média, no começo do novo milênio. As taxas de lucros em todos os países centrais e periféricos nesses continentes, tal como foi mostrado por vários autores, declinaram também tendencialmente após o fim da II Guerra Mundial (Kliman, 2012; Maito, 2016; Roberts, 2016). Se foram bem altas nas duas décadas subsequentes, experimentaram uma queda forte na década dos anos 1970 para se recuperarem apenas levemente nas décadas seguintes. Os montantes de dívida privada e pública tenderam a crescer astronômicamente em todo o período, mas em especial após o final da década dos anos 1970.



Em princípio, o que anuncia a crise estrutural são as tendências à queda das taxas de lucro, ao crescimento do endividamento privado e público e à estagnação prolongada na produção de valores de uso. Mas o que melhor denuncia essa crise é a chamada financeirização, ou seja, a exuberância da acumulação financeira vis-à-vis da fraqueza e mediocridade da acumulação real. Porém, algo deve ser notado: mesmo se a financeirização é um desenvolvimento assombroso, desmedido e ameaçador, trata-se de um movimento histórico de socialização do capital perfeitamente alinhado com a tendência histórica do desenvolvimento da relação de capital. A meta objetiva do modo de produção capitalista é a valorização a qualquer custo do valor – e não a produção de riqueza concreta. De qualquer modo, a financeirização não pode ser tomada como causa da crise, mas apenas como a sua manifestação mais saliente.

Aliás, para compreendê-la, é preciso voltar à década dos anos 30 em que ocorre a segunda depressão da história do capitalismo, a qual só foi realmente superada por meio da imensa destruição de capital promovida pela II Guerra Mundial. Ora, uma das

condições da superação dessa crise, a qual já tinha raízes estruturais, foi a supressão, após 29, do “padrão ouro”, o que liberou a política monetária para apoiar a acumulação de capital, principalmente por meio da expansão do crédito.

Como se sabe, o abandono do padrão ouro trouxe uma dissociação definitiva entre a medida do valor e o padrão de preços em todos os sistemas monetários capitalistas (Prado, 2016). Ora, dessa dissociação resultou, a partir do fim da II Guerra Mundial, uma constância do processo inflacionário em todas as economias capitalistas. A expansão do crédito tornou possível, entretanto, a recuperação espetacular da economia capitalista após II Guerra Mundial porque permitiu um financiamento da acumulação de capital, numa escala global sem precedentes. Apesar da existência do acordo de Bretton Woods, as finanças se expandiram, desde então, extraordinariamente. A globalização das finanças acaba anulando, em 1973, o próprio acordo de Bretton Woods, de tal modo que, a partir da crise dos anos 70, o processo da “financeirização” pode se expandir sem entraves, tornando-se por isso bem patente e bem visível. É nesse quadro histórico que vem a luz a tese do colapso de Robert Kurz.

Crítica da tese de Robert Kurz

A tese de Kurz contida no artigo *A crise do valor de troca*, 1986, escrito em alemão, pode ser resumida da seguinte forma: como a terceira revolução tecnológica, “o capitalismo está sendo levado à crise final porque, com o crescimento da produtividade, a produção social total de mais-valor apenas pode decrescer no longo prazo, fazendo com o que o processo de valorização chegue ao fim” (Ortlieb, 2014).

Seja $r = S/K$ a expressão sintética da taxa de lucro, em que S é a massa de lucro e K é o estoque de capital. A tese de Kurz diz que, com a Terceira Revolução Tecnológica, não só se impõe uma tendência a queda da taxa de lucro “ r ”, como também uma tendência para a queda da massa de lucros “ S ”. Ora, é preciso examinar mais de perto essa afirmação.

Seja S é a massa de mais-valor; sabe-se que “ $S = s \cdot Q$ ”, isto é, que a massa de mais-valor pode ser escrita como o produto do mais-valor por unidade de riqueza material (s) pela quantidade de riqueza material (Q) – medida esta última de um modo conveniente – que representa valor.² Sabe-se, também, que essa identidade pode ser apresentada por meio de taxas.

$$\dot{S} = \dot{s} + \dot{Q}$$

A taxa de variação do montante de mais-valor é igual à soma da taxa de variação do mais-valor por unidade de riqueza material e da taxa de variação do próprio volume de riqueza material. Como, devido à elevação da força produtiva do trabalho, a primeira dessas taxas é negativa (isto é, $\dot{s} < 0$), então, a taxa de variação da riqueza material (isto é, \dot{Q}) tem de ser positiva e suficientemente alta para garantir que a massa de mais-valor

² Supõe-se aqui que Q possa ser medido de forma conveniente. Supõe-se, ademais, que a jornada de trabalho seja constante e que o salário real cresça – por exemplo – com a produtividade do trabalho.

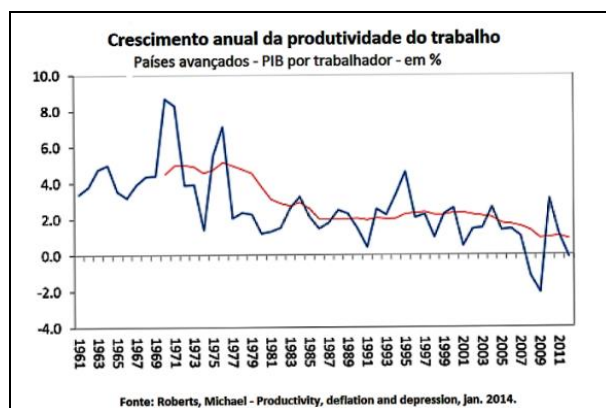
creança.³ Sabe-se que esse requisito tem sido cumprido de algum modo na história do capitalismo. Por que, então, os teóricos da “crise do valor” sustentam que isto deixou de ocorrer com a vinda da Terceira Revolução Tecnológica?

Não há dúvida que se observa uma tendência para o aumento da produção de riqueza material que representa valor (isto é, \dot{Q}) na história pregressa do capitalismo. Mas, está garantido que ela se manterá no futuro? Ora, é justamente isto o que negam. Julgam, por isso, que a Terceira Revolução Tecnológica está levando o capitalismo a um impasse. Pois, segundo eles, com essa transformação das forças produtivas, a elevação da produtividade tornou-se tão elevada que não está mais sendo compensada pela absorção adicional de força de trabalho que produz valor e mais-valor.

Para examinar melhor essa afirmação, seja q a produtividade do trabalho e E uma medida do volume de trabalho produtivo, computado segundo o trabalho socialmente necessário. Seja \dot{q} a variação da produtividade do trabalho e \dot{E} a variação do volume de trabalho produtivo. A tese da “crítica do valor” sustenta que \dot{q} se tornou tão forte que \dot{E} começou a cair também fortemente. Como consequência, o eventual crescimento de \dot{Q} se tornou insuficiente para compensar o desemprego tecnológico.

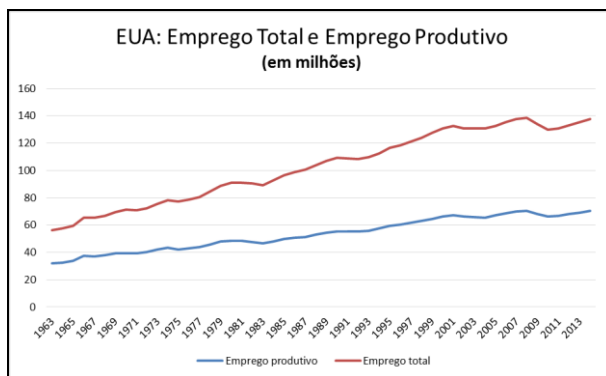
$$Q = q \cdot E \rightarrow \dot{Q} = \dot{q} + \dot{E} \rightarrow \dot{q} \uparrow \rightarrow \dot{E} \downarrow$$

Ora, essa conjectura é formulada com base na teoria do valor de Marx tendo em mente as transformações do capitalismo contemporâneo. A passagem da economia centrada na indústria para uma economia centrada em serviços tem certamente consequência cruciais para o processo de acumulação de capital. Porém, mesmo sendo plausível, ela não pode ser assim provada. Eis que a relação de implicação acima indicada não pode ser garantida por meio da lógica e, assim, também por meio da teoria. Diferentemente, ela teria de ser mostrada empiricamente. As evidências disponíveis, porém, como se mostra em sequência, não corroboram essa conjectura.⁴



³ Veja-se de passagem que essa constatação é central no argumento de que o capitalismo não vai superar, ao contrário, vai aprofundar, a crise ecológica.

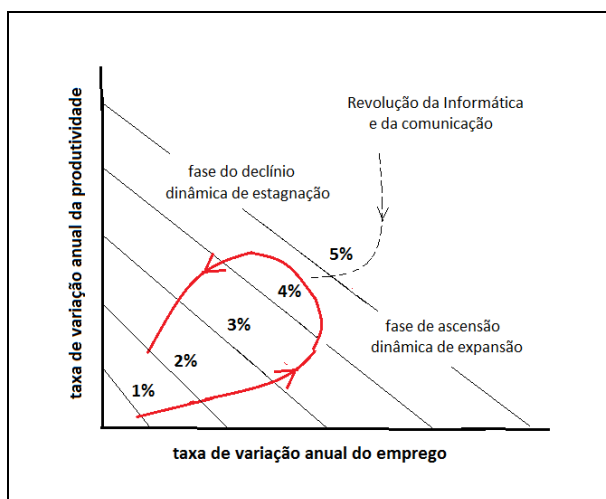
⁴ O gráfico da evolução do emprego total e produtivo (no sentido de Marx) foi construído com base nas seguintes fontes de dados: a) emprego total: série do FRED Statistics; b) emprego produtivo: série construída pelo autor com base numa decomposição do emprego total que se encontra num artigo de Paitaridis e Tsoulfidis (2012).



Ora, os dados empíricos corroboram uma tese alternativa que difere da tese de Robert Kurz e dos teóricos da “crise do valor”. Ao invés de uma tendência iminente ao colapso, ela enxerga uma tendência estagnação prolongada. Segundo ela, a compensação do desemprego tecnológico continua ocorrendo ainda que sem a celeridade do passado; o que não está mais ocorrendo seria um crescimento robusto da produtividade do trabalho, assim como do emprego.

O economista keynesiano Robert Gordon, com base em vários estudos (Gordon, 2000, 2010, 2012) que tomam por base a economia norte-americana, sustenta que houve uma e apenas uma “grande onda” no crescimento da produtividade na história do capitalismo. E que ela se formou em meados do século XVIII e se extinguiu após o término da II Guerra Mundial, por volta de 1970, com a vida da Terceira Revolução Tecnológica. Pois, esta última não teve o mesmo impacto que as anteriores. Ela modificou o padrão de acumulação das econômicas capitalistas. Ao invés de uma lógica tendencial em que aumenta simultaneamente a produtividade, a absorção de trabalho e a produção mercantil, há evidência de que passou a vigorar uma lógica tendencial inversa. Eis que se observa, principalmente nos países desenvolvidos, uma tendência para a queda simultânea da produtividade, da absorção de trabalho que gera valor e da produção de mercadorias não fictícias. O gráfico em sequência ilustra essa conjectura.

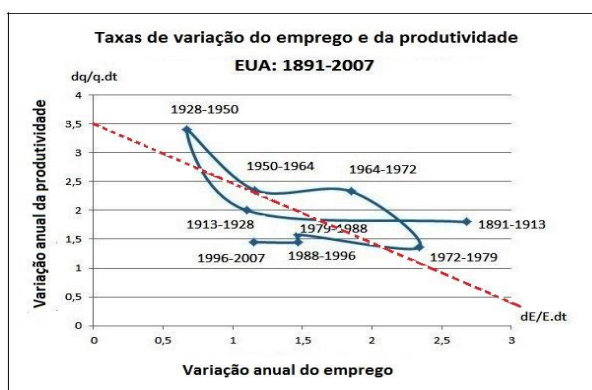
Uma Ilustração das duas lógicas



Nessa perspectiva, a história do modo de produção capitalista de meados do século XVIII em diante até o presente teria tido duas fases nas quais se observariam o modo de operar dessas duas lógicas. A primeira, que teria ido até os anos 1970 do século XX, seria uma fase de ascensão em que se observaria uma dinâmica de expansão. A segunda seria uma fase de declínio em que se verificaria uma dinâmica de estagnação. A primeira fase teria sido gestada pelas revoluções industriais iniciadas nos quartéis finais dos séculos XVIII e XIX. Nessa perspectiva, a dinâmica de expansão teria se iniciado com a Primeira Revolução Tecnológica (1771), caracterizada pelo advento das máquinas, do motor a vapor, das ferrovias etc. E continuado com Segunda Revolução Tecnológica (1875), marcada pelo aparecimento do aço, da eletricidade, da engenharia pesada, do automóvel, da produção em massa, etc.

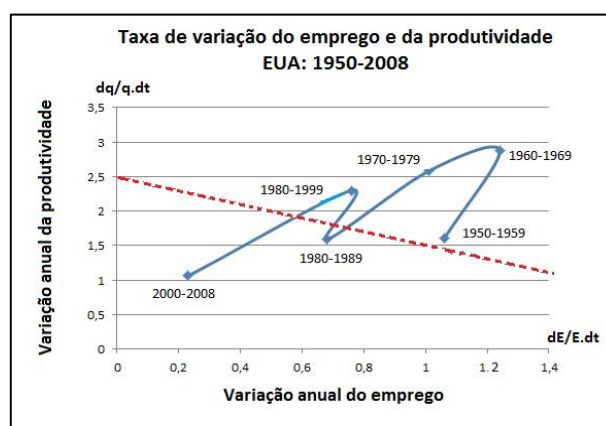
Já a segunda fase teria se iniciado no último quartel do século XX com a chegada da Terceira Revolução Tecnológica (1971). Como a informática e a telecomunicação veio junto com a expansão da economia de serviços em detrimento da produção industrial, ela teria engendrado uma dinâmica de relativa estagnação. Ao propiciar a mudança dos métodos e processos de produção, ela propiciou certa elevação da produtividade na produção de mercadorias já existentes. Porém, ela não alargou fortemente a gama de novos produtos e, assim, de novas mercadorias, especialmente na esfera da indústria, de tal modo que o seu impacto na elevação da produtividade acabou se mostrando inferior àquele gerado pelas revoluções tecnológicas anteriores. Eis que as novas mercadorias ofertadas na esfera dos serviços não suscitaram grandes oportunidades para um aumento célere da produtividade tal como ocorreu durante a expansão da economia industrial propriamente dita.

Ainda que em caráter preliminar, apresenta-se aqui evidências de que a conjectura sobre a existência dessas duas fases no processo de acumulação capitalista, engendradas pelas três revoluções industriais nos últimos dois séculos e meio, é bem plausível. E essas evidências vêm da economia norte-americana que, como bem se sabe, é o centro do sistema mundial do capital. O primeiro gráfico abaixo foi construído com base em dados contidos num dos estudos de Robert Gordon (2010). Ainda que os números mais antigos sejam escassos e de qualidade problemática, esse autor conseguiu reunir informações que permitem construir um gráfico que mostra a trajetória da acumulação entre 1891 e 2007. É plausível admitir, mesmo não havendo estatísticas reais, que a trajetória entre 1771 e 1891 deve ter se iniciado num ponto perto da origem e se dirigido aos poucos, irregularmente, para o ponto inicial aí plotado (1891).



Deve-se notar que os dados empregados no gráfico não se referem apenas às atividades produtivas (no sentido de Marx), mas à economia como um todo, conforme os critérios (inadequados, portanto, do ponto de vista marxista) da contabilidade social, usualmente orientada pela teoria neoclássica. De qualquer modo, observa-se que a trajetória da economia norte-americana entre 1891 e 2007 perambulou em torno da isolinha representativa de um crescimento igual a 3,5 % ao ano. Entre 1891 e 1950 a produtividade tendeu a aumentar e a absorção de trabalho tendeu a diminuir. Entre 1950 e 1979, o padrão de acumulação seguiu claramente um caminho inverso. A variação do emprego e a variação da produtividade do trabalho tenderam em geral a ficar acima de 1% e 1,5% ao ano, respectivamente. Pode-se dizer, portanto, que a economia norte-americana, durante boa parte do século XX, apresentou um comportamento adequado do ponto de vista da dinâmica capitalista. Após 1979, entretanto, iniciou-se uma reversão que veio a afastá-la desse padrão histórico.

Ora, essa última afirmação pode ser melhor comprovada por meio de outro estudo que contém informações sobre a dinâmica do produto e do emprego na economia norte-americana (Basu e Foley, 2011). Eis que os resultados dessa pesquisa se mostram muito mais adequados para testar a conjectura principal aqui avançada porque foi possível considerar apenas os setores produtores de mercadorias reais.⁵ Esses autores investigaram teórica e empiricamente a tese amplamente divulgada de que a economia norte-americana cresceu nos últimos trinta anos (dos anos 80 em diante) sem gerar emprego tal como o fizera anteriormente (nas três décadas do pós-guerra), empregado principalmente a chamada lei de Kaldor-Verdoorn. Como bem se sabe, nesse período histórico sobreveio o que foi chamado de *jobless growth* – uma fraqueza que marcou o desenvolvimento recente das economias de capitalismo avançado.



Como é evidente, a trajetória da acumulação observada mostra-se consistente com a tese estagnacionista. Ela mostra que o nível da produção da riqueza material, entre o fim da II Guerra Mundial e o começo do século XXI, tendeu a cair fortemente; indica, ademais, que a absorção de força de trabalho se tornou cada vez mais fraca com o correr tanto dos anos dourados quanto dos anos de chumbo (exceto na década dos anos 80), tendendo mesmo a zero; sugere, ao contrário da tese da “crítica do valor”, que

⁵ Incluíram os setores produtores de bens tais como a mineração, a construção civil e a manufatura; incluíram também alguns setores produtores de serviços, mas excluíram os subsectores de finanças, seguros e administração de imóveis (Basu e Foley, 2011, p. 16).

a produtividade do trabalho também tendeu a cair durante esse período de cerca de 60 anos. Em resumo, parece indicar que a trajetória da economia norte-americana, submetida aos impactos da terceira revolução tecnológica, aproximou-se de fato, mas sem atingi-la – da situação de colapso (aquela em que a variação anual do emprego produtivo de valor e mais-valor veio a ser negativa).

A evidência empírica mostrada retrata o desempenho recente da economia norte-americana. Como se sabe, ela é a maior e a mais importante do sistema como um todo, pois responde por cerca de 25 por cento da economia mundial. Ademais, não seria surpresa se essa tendência declinante da absorção de trabalho possa ser também verificada nas economias dos outros países desenvolvidos.⁶ Talvez seja duvidoso que ela possa ser observada também nas economias fora do centro capitalista. Por exemplo, falar em contração da massa de mais-valor na China seria chocante. Ora, os teóricos alemães da “crítica do valor” postulam que uma queda tendencial da massa de mais-valor vem ocorrendo na economia capitalista como um todo e não apenas nas econômicas desenvolvidas. De qualquer modo, não parece plausível sustentar que a economia mundial já entrou no rumo de seu próprio colapso.

Assumindo que essas evidências são suficientes, pode-se então dizer que se está hoje na presença de uma crise estrutural do capitalismo. Esta se mostra por meio da dinâmica de estagnação acima apresentada como também por uma queda tendencial e persistente da taxa de lucro. A resposta a ela não repete agora o padrão clássico da destruição maciça de capital real e financeiro, a qual tem sido uma condição necessária para a recuperação da taxa de lucro ao longo da história do capitalismo. Diferentemente, essa resposta tem sido a financeirização e o neoliberalismo. Como a destruição do capital – uma destruição brutal – não pode ser feita porque ela representaria já o colapso do capitalismo, o capitalismo está se valendo de outros recursos: aumentar a taxa de exploração, precarizar a força de trabalho, mercadorizar todas as relações sociais, privatizar os bens públicos, sabotar a democracia, etc. Mesmo sendo repetitivo, não há como não reproduzir aqui uma significativa e conhecida frase de Antonio Gramsci: “o velho mundo morreu, o novo mundo tarda a aparecer e, neste claro-escuro, surgem os monstros”.

⁶ Como se sabe esse tipo de evidência – o *jobless growth* em particular – não pode ser discutido em profundidade sem levar em conta o processo de desindustrialização que está ocorrendo nos países desenvolvidos e que se iniciou *grosso modo* no último quartel do século XX.

Referências

- Basu, Deepankar e Foley, Duncan – Dynamics of output and employment in the U. S. Economy. In: *Political Economy Research Institute – PERI*, working paper nº 248, 2011.
- Epstein, Gerard; Montecino, Juan A. – *Overcharged – The high cost of high finance*. Roosevelt Institute, 2016.
- Gordon, Robert – Interpreting the “one big wave” in U. S. long-term productivity growth, *NBER working paper*, nº 7752, jun. 2000.
- _____ – Revisiting U. S. productivity growth over the past century with a view of the future. *NBER working paper*, nº 15834, mar. 2010.
- _____ – Is the U. S. economic growth over? Faltering innovation confronts the six headwinds. *NBER working paper*, nº 18315, aug. 2012.
- Kliman, Andrew – *The failure of capitalist production – Underlying causes of the great recession*. Londres: Pluto Press, 2012.
- Maito, Esteban – El capitalismo y su tendencia al derrumbe. In: *En defensa del marxismo* 46. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2016.
- Marx, Karl – *Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico*. Vol. II. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- _____ – *O capital – crítica da economia política*. Volume III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Mészáros, István – *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Ortlieb, Claus P. – A contradiction between matter and form: on the significance of the production of relative surplus value in the dynamic of terminal crisis. In: *Marxism and critique of value*. Org. Larsen, N. et alii., Chicago, Alberta: MCM, 2014, p. 77-121.
- Paitaridis, Dimitris ; Tsoulfidis, Lefteris – The growth of unproductive activities, the rate of profit, and the phase change of the U. S. Economy. In : *Review of Radical Political Economics*, vol. 44 (2), 2012, p. 213-232.
- Prado, Eleutério F. S. – From gold money to fictitious money. In: *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 36 (1), janeiro-março de 2016.
- _____ – *Economia e complexidade – Tomo III*. São Paulo: Plêiade, 2014.
- Prigogine, Ilya – *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- Roberts, Michael – *The long depression – How it happened, why it happened, and what happens next*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- Shaikh, Anwar – *Capitalism – Competition, conflict, crises*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Wallerstein, Immanuel – Structural Crisis, or why capitalism may no longer find capitalism rewarding. In: *Does capitalism have a future?* Org.: Wallerstein, I.; Collins, R.; Mann, M.; Derluguian, G.; Calhoun, C. New York: Oxford University Press, 2013.